

## PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

01- Assinale com **F** ou **V** as assertivas abaixo, conforme sejam falsas ou verdadeiras e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Entendido o processo administrativo genericamente como “*instrumento indispensável para o exercício da função administrativa*”, no sentido amplo “*de modo a abranger a série de atos preparatórios de uma decisão final da Administração*”, pode-se considerar que o processo administrativo tributário alcança os relativos a consulta sobre interpretação da legislação tributária e pedido de isenção.
- ( ) O processo administrativo tributário decorrente de auto de infração e de notificação de lançamento constitui uma revisão interna da legalidade do ato administrativo, como manifestação da função de autocontrole da Administração Pública.
- ( ) O processo administrativo tributário insere-se no sistema jurídico brasileiro como um processo com função jurisdicional.

- a) V, V, F
- b) V, V, V
- c) F, V, F
- d) F, F, V
- e) F, V, V

02- A empresa ALFA foi notificada de lançamento por falta de recolhimento de contribuição social de competência do INSS. Dentro do prazo legal, impugnou a exigência, alegando que deixou de efetuar o recolhimento amparada em autorização judicial e instruiu sua impugnação com cópia da petição inicial de ação objetivando não ser compelida a recolher a contribuição por não se caracterizar como sujeito passivo, bem como da liminar concedida. Argumenta, ainda, que, mesmo que não estivesse amparada em medida judicial, o lançamento, tal qual formalizado, não poderia prosperar, pois padece de erros na sua quantificação (determinação errônea da base de cálculo), conforme demonstra. Nesse caso, a autoridade julgadora deverá:

- a) Não tomar conhecimento da impugnação porque, ao ingressar na justiça, o contribuinte renunciou à via administrativa para discutir o lançamento, determinando o encaminhamento do crédito, sem julgamento, para a cobrança.

- b) Não tomar conhecimento da impugnação no que se refere à matéria submetida ao judiciário e decidi-la quanto à determinação da base de cálculo.
- c) Sustar o andamento do processo até que sobrevenha a decisão definitiva na esfera judicial e só então, se for o caso, encaminhar o crédito para cobrança.
- d) Não tomar conhecimento da impugnação e julgar o processo normalmente, em todos seus aspectos, pois as instâncias administrativa e judicial são independentes.
- e) Cancelar o lançamento, porque estando o contribuinte amparado por liminar, o crédito não poderia ter sido formalizado.

03- Assinale a afirmativa correta.

- a) A decisão irrecorrível, no processo administrativo tributário, contrária ao sujeito passivo, faz coisa julgada, não podendo ser submetida à apreciação do Poder Judiciário.
- b) Na contagem dos prazos no processo administrativo tributário excluem-se os dias em que não seja normal o expediente no órgão em que corra o processo.
- c) Não havendo pedido de revisão do acórdão de Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), o trânsito em julgado administrativo da decisão ocorre com a ciência do sujeito passivo.
- d) Não sendo feito o depósito para recurso, o INSS não pode apreciar sequer a matéria de fato nele alegada.
- e) De acordo com o Decreto que rege o processo administrativo de consulta sobre a legislação tributária federal, estando o sujeito passivo com dúvidas a respeito de dispositivo da legislação aplicável a fato em relação ao qual tenha sido intimado a cumprir obrigação, a apresentação de consulta suspende o procedimento fiscal em curso até a solução final da consulta.

04- Em relação aos conflitos referentes a exigências de contribuição social de competência do INSS e considerando a natureza jurídica do processo administrativo tributário, assinale, a seguir, a assertiva incorreta.

- a) O sujeito passivo tem o direito de discutir o conflito concomitantemente nas vias administrativa e judicial, desde que a propositura da ação judicial seja anterior ao lançamento.
- b) O sujeito passivo pode discutir o conflito inicialmente na via administrativa para, posteriormente, dirigir-se à via judicial.
- c) O sujeito passivo pode, se o desejar, discutir o conflito apenas na via administrativa ou apenas na via judicial.
- d) Os conflitos entre o INSS e o sujeito passivo podem ser solucionados tanto no âmbito administrativo como na esfera judicial.
- e) A propositura, pelo sujeito passivo, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual trate o processo administrativo importa renúncia à discussão na via administrativa.

05- Utilizando o entendimento expresso pelo autor no texto a seguir transcrito e considerando as normas que regem o contencioso administrativo fiscal no âmbito do INSS, classifique as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

“As etapas procedimentais e processuais da atividade lançadora praticada pela Administração Pública, no entanto, não podem ser confundidas até porque regem-se por distintos postulados. Via de regra, a atividade procedimental precede a etapa contenciosa.

A etapa contenciosa (processual) caracteriza-se pelo aparecimento formalizado do conflito de interesses, isto é, transmuda-se a atividade administrativa de procedimento para processo no momento em que o contribuinte registra seu inconformismo com o ato praticado pela administração, seja o ato de lançamento de tributo ou qualquer outro ato que, no seu entender, lhe cause gravame, como a aplicação de multa por suposto incumprimento de dever instrumental.

A mera bilateralidade do procedimento não é suficiente para caracterizá-lo como processo ...”.

*(James Marins. Direito Processual Tributário Brasileiro, Administrativo e Judicial, São Paulo, Dialética, 2001, p. 162)*

- ( ) A atividade administrativa de fiscalização, durante a qual o agente administrativo competente investiga os fatos tributários, solicita ao sujeito passivo a apresentação de livros e documentos etc., deve observar o princípio do contraditório.
- ( ) O indeferimento de pedido de isenção caracteriza o início de processo administrativo tributário.
- ( ) A Decisão-Notificação se dá após a etapa procedimental se transmudar em processual.
- ( ) A etapa processual subsequente à decisão monocrática e que precede o julgamento do recurso, se demandar diligência, será presidida pelo princípio inquisitório.

- a) F, F, F, V
- b) F, V, F, F
- c) V, F, V, V
- d) F, F, V, F
- e) V, V, F, V

06- Ao determinar, de ofício, a realização de diligência, e ao mesmo tempo ordenar que seja dada ciência do resultado da diligência ao sujeito passivo para que sobre esse resultado se manifestasse, a autoridade julgadora está observando, ao mesmo tempo, os seguintes princípios:

- a) Informalidade, contraditório e ampla defesa.
- b) Oficialidade, contraditório e ampla defesa.
- c) Neutralidade, contraditório e inércia.
- d) Verdade material, informalidade e oficialidade.
- e) Inércia, verdade material e contraditório.

07- Assinale, a seguir, a opção em que não há uma correspondência entre o princípio enunciado e sua influência no processo administrativo tributário.

- a) **Livre convencimento**- O julgador não está adstrito à conclusão apresentada como resultado da diligência solicitada, podendo dele divergir, desde que fundamentadamente.
- b) **Contraditório e ampla defesa**- Se no curso do processo ocorrer alteração da fundamentação legal, devolve-se ao sujeito passivo o prazo para impugnação.
- c) **Legalidade**- O julgador age apenas quando provocado pelas partes e no limite dos seus pedidos.
- d) **Oficialidade**- Iniciado o processo, compete à própria administração impulsioná-lo até sua conclusão, diligenciando no sentido de reunir o conhecimento dos atos necessários ao seu deslinde.
- e) **Verdade material**- A autoridade julgadora tem o direito e o dever de carrear para o expediente todos os dados, informações, documentos a respeito da matéria tratada, sem estar jungida aos aspectos considerados pelos sujeitos.

08- Ao apreciar impugnação, a autoridade julgadora, antes de proferir a decisão, determinou, de ofício, a realização de diligência e abertura de prazo para que o sujeito passivo se manifestasse sobre seu resultado. Assinale, com **F** ou **V**, conforme sejam falsas ou verdadeiras as afirmativas abaixo acerca da atitude da autoridade e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Atende ao princípio da oficialidade.
- ( ) Atende ao princípio da livre convicção.
- ( ) Viola o princípio da verdade material.
- ( ) Atende ao princípio da verdade formal.
- ( ) Viola o princípio do contraditório.

- a) F, V, F, F, F
- b) V, V, F, F, F
- c) V, V, F, V, F
- d) V, V, F, F, V
- e) F, V, F, F, V

09- Intimado de auto de infração, o autuado remeteu por intermédio dos correios sua impugnação, dirigindo-a ao Presidente do INSS e protestando pela apresentação posterior das provas documentais de suas alegações. A postagem deu-se no último dia do prazo legalmente previsto para impugnação, tendo a missiva sido recebida na Presidência do INSS dois dias após decorrido o prazo para impugnação. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A impugnação é inepta, porque dirigida a autoridade que não é competente para o julgamento.
- b) A autoridade administrativa deve intimar o impugnante a regularizar a impugnação, comunicando-lhe, outrossim, que a apresentação posterior das provas documentais só será permitida se relativas a fatos supervenientes.
- c) A autoridade administrativa deve intimar o impugnante a regularizar a impugnação e, após a regularização e antes da decisão, deve proferir Despacho-Interlocutório, apreciando o pedido de apresentação posterior das provas documentais.
- d) A irregularidade cometida não acarreta nulidade do ato, devendo a impugnação ser processada normalmente e encaminhada à autoridade julgadora competente.
- e) A autoridade julgadora não poderá tomar conhecimento das provas que vierem a ser apresentadas posteriormente, porque as normas que regem o contencioso administrativo no âmbito do INSS determinam que a impugnação deve ser acompanhada das provas, e a integração de prova no processo em desacordo com a lei caracteriza ilicitude formal.

10- De acordo com as normas que regem o Contencioso Administrativo Fiscal no âmbito do INSS, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira, e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Compete à Procuradoria do INSS apresentar contra-razões ao recurso voluntário interposto contra Decisão-Notificação.
- ( ) Compete à autoridade que proferiu a Decisão-Notificação recorrida analisar o recurso voluntário interposto e, sendo cabível, reformar sua decisão.
- ( ) O Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social pode determinar às Câmaras de Julgamento que revejam de ofício suas decisões, em decorrência de nulidade insanável devidamente fundamentada.

- a) F, V, V
- b) F, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, F
- e) V, V, F

11- Tendo em vista as normas e princípios do processo administrativo federal e, particularmente, do contencioso administrativo fiscal no âmbito do INSS, é correto afirmar que:

- a) A legitimidade para formular consulta sobre dispositivo da legislação relativa à contribuição social para a seguridade social é privativa do sujeito passivo, competindo à autoridade julgadora declarar sua ineficácia, se for o caso.
- b) Tendo o impugnante tomado ciência de Decisão-Notificação que lhe foi totalmente desfavorável no dia 07/06/2002 (sexta-feira), e, transcorrido o dia 24/06/2002 (segunda-feira) sem interposição de recurso voluntário, a decisão transitou em julgado administrativamente no dia 25/06/2002.
- c) Em caso de intimação feita por via postal, não constando do aviso de recebimento (AR) data e assinatura do recebedor, considera-se feita a intimação quinze dias após a data da postagem.
- d) O julgador deve agir somente quando provocado pelas partes e no limite dos seus pedidos.

- e) De acordo com o princípio da informalidade, no contencioso administrativo a autoridade pode escolher livremente a forma de fazer a intimação, entre as previstas na legislação (ciência no processo, via postal mediante AR, edital, telegrama ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado).

12- Considerando os princípios e normas que regem o Contencioso Administrativo Fiscal no âmbito do INSS, assinale, a seguir, a afirmativa correta.

- a) Por envolver situação de litígio e objetivando a maior segurança jurídica, os atos e termos processuais, no contencioso administrativo fiscal, possuem formas rígidas, previstas na lei, que, se não observadas, acarretam a nulidade absoluta do processo.
- b) Qualquer irregularidade na numeração das páginas do processo referente ao contencioso administrativo fiscal, por gerar dúvida quanto ao cumprimento do contraditório e ampla defesa, constitui vício insanável, acarretando a nulidade do processo.
- c) No âmbito do INSS, compete ao Pleno Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) julgar, em última instância, os recursos interpostos contra decisões do INSS, nos processos de interesse dos contribuintes.
- d) O INSS não pode, em hipótese alguma, escusar-se de, no prazo previsto no ato normativo regulamentador, cumprir a decisão de Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), sob pena de responsabilidade pessoal do chefe do setor encarregado da execução do julgado.
- e) Compete aos respectivos Presidentes ou ao Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) lançar, de ofício ou a requerimento das partes, as inexistências materiais constantes de decisões proferidas pelos órgãos do CRPS.

13- Assinale a assertiva que, de acordo com as normas que regem o contencioso administrativo fiscal no âmbito do INSS, seja correta.

- a) Em caso de dúvida sobre a forma de execução do julgado do Conselho de Recursos da Previdência Social, o órgão encarregado da execução deve solicitar os esclarecimentos necessários ao órgão prolator do julgado, o que poderá ser feito por mensagem *fac-simile* ou meio eletrônico.
- b) As Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social, em suas decisões, só podem deixar de observar a tese jurídica fixada em pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência e Assistência Social aprovados pelo Ministro de Estado se apresentarem fundamentação contrária com fulcro na jurisprudência dos tribunais superiores (STF e STJ).
- c) Julgada improcedente a arguição de decadência na impugnação, antes do julgamento do mérito deve o impugnante ser intimado da rejeição da decadência, sob pena de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- d) Os recursos voluntários das decisões do INSS em litígios referentes a auto de infração ou notificação de lançamento de débito têm efeito suspensivo e são julgados em duas instâncias recursais por órgãos paritários compostos de quatro membros.
- e) Se o processo estiver instruído com laudos emanados de outros órgãos públicos federais, a autoridade julgadora fica jungida a adotar suas conclusões.

14- Assinale com **F** ou **V** as afirmativas abaixo, conforme sejam falsas ou verdadeiras e, a seguir, indique a seqüência correta.

- ( ) Devendo observar, entre outros, o princípio da verdade material, o contencioso administrativo fiscal, no âmbito do INSS, não pode ter prazos preclusivos.
  - ( ) Estando sujeito ao contraditório e à garantia de ampla defesa, o contencioso administrativo fiscal, no âmbito do INSS, deve admitir a reabertura de prazo para pronunciamento do sujeito passivo sempre que a administração apresentar contra-razões.
  - ( ) O contencioso administrativo fiscal, no âmbito do INSS, admite a juntada de documentos após a impugnação.
- a) F, V, F
  - b) V, V, F
  - c) F, V, V
  - d) V, F, F
  - e) F, F, V

15- Embora o artigo 142 do Código Tributário Nacional se refira ao lançamento como “procedimento administrativo” e como “atividade administrativa vinculada e obrigatória”, a doutrina não é uniforme quanto a constituir, o lançamento, um procedimento ou um ato administrativo tributário. Figuras das mais respeitáveis entre os estudiosos do Direito Tributário brasileiro entendem que o lançamento seja um ato (Alberto Xavier, Paulo de Barros Carvalho, Luciano Amaro). Aceitando a tese segundo a qual “o lançamento não é procedimento, é ato, ainda que praticado após um procedimento (eventual, e não necessário) de investigação de fatos cujo conhecimento e valorização se façam necessários para a consecução do lançamento” (Luciano Amaro) e tendo em vista as normas sobre vícios, revisão e extinção dos atos administrativos, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) O ato administrativo tributário do lançamento pode ser revogado no curso do processo pela autoridade administrativa que o praticou.
- ( ) O ato administrativo tributário do lançamento pode ser revisto no curso do processo.
- ( ) O processo administrativo tributário pode resultar em anulação do ato administrativo tributário do lançamento.
- ( ) No curso do processo administrativo pode ser verificado que o ato administrativo tributário do lançamento contém vícios que, todavia, não acarretam sua nulidade.

- a) F, F, F, V
- b) V, V, F, F
- c) V, F, V, V
- d) F, F, V, F
- e) F, V, V, V

16- Considerando as normas em vigor que regem o contencioso administrativo fiscal no âmbito do INSS, assinale com **V** ou **F** as assertivas abaixo, conforme sejam verdadeiras ou falsas e, a seguir, indique a seqüência correta.

- ( ) O auto de infração, ainda que não impugnado, será submetido à autoridade julgadora competente, para julgamento ou homologação.
- ( ) Decorrido o prazo recursal sem que o contribuinte tenha exercido o seu direito de apresentá-lo, o processo permanecerá no órgão, em cobrança amigável, por 30 dias contados do trânsito em julgado administrativo, esgotados os quais, permanecendo inerte o contribuinte, será o processo encaminhado à Procuradoria para inscrição na Dívida Ativa.
- ( ) Se o sujeito passivo, decorrido o prazo legalmente previsto, não impugnar a notificação de lançamento de débito nem pagar o crédito por meio dela constituído, o lançamento será considerado procedente, cientificando-se o sujeito passivo para regularizar sua situação no prazo de trinta dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.
- ( ) Das decisões do INSS cabem, por parte do sujeito passivo, recurso hierárquico e recurso voluntário.

- a) V, V, V, F
- b) V, F, V, F
- c) F, V, F, F
- d) V, F, F, V
- e) V, F, V, V

17- Considerando as normas que regem o Contencioso Administrativo Fiscal no âmbito do INSS, assinale, a seguir, a opção correta.

- a) Os documentos que instruem o processo podem, mediante requerimento, ser restituídos ao sujeito passivo em qualquer fase do processo, bastando, para tanto, que fique cópia autenticada dos mesmos nos autos.
- b) Havendo, entre órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social, controvérsia na aplicação da lei, o Chefe da Divisão de Arrecadação da Gerência Executiva do INSS solicitará ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social que a solucione.
- c) O recurso contra decisão do INSS, mesmo intempestivo, deve sempre ser encaminhado ao Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), a quem compete julgar a intempestividade.
- d) Se a autoridade julgadora entender desnecessária a perícia requerida pelo impugnante, pode indeferir-la, cabendo, do indeferimento, recurso hierárquico.
- e) A autoridade competente para julgar a impugnação tem competência para declarar a nulidade do ato impugnado.

18- Considerando as normas que regem o Contencioso Administrativo Fiscal no âmbito do INSS, assinale com **F** ou **V**, conforme a assertiva seja falsa ou verdadeira e, em seguida, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Em hipótese alguma pode ser dado seguimento a recurso voluntário desacompanhado do depósito de 30% do valor da exigência fiscal definida na decisão.
- ( ) O processo decidido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) pode ser objeto de revisão de julgado, por proposição do Chefe do Serviço/Divisão de Arrecadação.
- ( ) Cabe pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, das decisões do INSS que julguem impugnação a auto de infração.
- ( ) Da decisão que declare indevida contribuição cabe recurso de ofício ao Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

- a) F, V, F, V
- b) V, V, F, F
- c) F, V, F, F
- d) V, F, V, F
- e) F, F, V, V

19- Na segunda coluna abaixo, numere os parênteses com o algarismo romano que identifica o conceito apropriado contido na primeira coluna e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

1ª COLUNA:

- I. Ato que dá início à fase litigiosa do procedimento.
- II. Instrumento utilizado para formalização da constituição de crédito da Seguridade Social.
- III. Requisito da notificação fiscal de lançamento de débito.
- IV. Ato pelo qual a autoridade competente decide o litígio relacionado a auto de infração.
- V. Ato pelo qual a autoridade competente, no curso do processo, retifica de ofício o lançamento de débito.
- VI. Requisito do auto de infração.
- VII. Dá continuidade à fase litigiosa do procedimento.

2ª COLUNA:

- ( ) Despacho-Decisório
- ( ) Auto de Infração
- ( ) Critérios de gradação da penalidade
- ( ) Discriminação dos fatos geradores
- ( ) Notificação fiscal de lançamento de débito
- ( ) Impugnação
- ( ) Decisão-Notificação
- ( ) Recurso contra decisão que indefere pedido de restituição

- a) V-II-VI-III-II-I-IV-I
- b) V-II-VI-II-I-IV-V-VII
- c) IV-II-VI-III-II-I-V-I
- d) V-II-VI-III-II-I-IV-VII
- e) IV-VII-VI-III-II-I-IV-I

20- O sujeito passivo ALFA, intimado de auto de infração, contemplando quatro ocorrências (x, y, w e z), pagou a parte do crédito relativa à ocorrência x, apresentou impugnação tempestiva na qual contestava a ocorrência y e pediu parcelamento da parte do crédito relativa à ocorrência z. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o processo deverá ser desmembrado em quatro (o processo originário e mais três), contendo o processo originário a parte do lançamento correspondente à ocorrência x, e cada um dos demais as partes do crédito correspondentes, respectivamente, às ocorrências y, w e z.
- b) o processo deverá ser desmembrado em quatro (o processo originário e mais três), contendo o processo originário a parte do lançamento correspondente à ocorrência y, cada um dos demais as partes do crédito correspondentes, respectivamente, às ocorrências x, w e z.
- c) o processo deverá ser desmembrado em dois (o processo originário e mais um), contendo o processo originário a parte do lançamento correspondente à ocorrência x, o segundo processo a parte do crédito correspondente às ocorrências y, w e z.
- d) o processo deverá ser desmembrado em dois (o processo originário e mais um), contendo o processo originário a parte do lançamento correspondente à ocorrência y, o segundo processo a parte do crédito correspondente às ocorrências w e z.
- e) o processo deverá ser desmembrado em três (o processo originário e mais dois), contendo o processo originário a parte do lançamento correspondente à ocorrência y, o segundo processo a parte do crédito correspondente às ocorrências x e w e o terceiro, contendo a parte do crédito relativa à ocorrência z.

21- Designando por **A** a autoridade definida no Regulamento Interno do INSS como competente para julgar impugnação e por **B** a autoridade hierarquicamente superior a **A** e considerando impugnação apresentada pelo sujeito passivo, assinale com **F** ou **V** as afirmativas abaixo, conforme sejam falsas ou verdadeiras e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Se, ao julgar impugnação do sujeito passivo, **A** declarar indevida a exigência apurada pela fiscalização, a decisão de **A** não mais pode ser modificada, devendo o processo ser arquivado.
- ( ) Conforme seja a decisão de **A**, a decisão pode ser reformada por **B**.
- ( ) Se o sujeito passivo apresentar recurso contra decisão de **B**, o recurso será inicialmente apreciado por **B**.
- ( ) Se o sujeito passivo apresentar recurso contra decisão de **A**, o recurso será inicialmente apreciado por **B**, que só o encaminhará ao órgão colegiado se não proceder à revisão da decisão de **A**.
- ( ) Se **B** reformar a decisão de **A**, cabe pedido de reconsideração.

- a) F, V, V, V, F
- b) V, F, F, V, F
- c) F, V, V, F, F
- d) V, F, V, V, V
- e) F, V, F, F, V

22- O Código Tributário Nacional estabelece que a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo e dos juros de mora devidos. Adotando o termo *espontaneidade* para designar esse procedimento do sujeito passivo e tendo em vista as normas estabelecidas no Decreto 70.235/72, que rege o processo administrativo de determinação e exigência dos créditos tributários da União e o de consulta, assinale, a seguir, a afirmativa correta.

- a) Uma vez regularmente iniciado o procedimento de fiscalização pela intimação do contribuinte para apresentação de livros e documentos, a espontaneidade do sujeito passivo fica excluída quanto aos atos anteriores e posteriores relacionados com a matéria objeto da fiscalização.
- b) O início do procedimento de fiscalização junto a um sujeito passivo exclui a responsabilidade dos demais envolvidos, após regularmente intimados.
- c) Se, decorridos mais de sessenta dias do início do procedimento fiscal, o agente fiscalizador não der ciência ao fiscalizado de nenhum ato relacionado com o procedimento de fiscalização, o sujeito passivo recupera a espontaneidade.
- d) O prazo de duração dos efeitos da exclusão da espontaneidade é improrrogável.
- e) Regularmente iniciado o procedimento de fiscalização, se o contribuinte apresentar consulta relacionada com o fato objeto da fiscalização, a espontaneidade fica recuperada até a decisão final da consulta.

23- Alguns itens da primeira coluna abaixo constituem requisito da decisão administrativa. Numere os parênteses contidos em cada item da segunda coluna com o algarismo romano que, na primeira coluna, identifica requisito da decisão administrativa a ele relacionado. A seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

1ª COLUNA:

- I. Irrevisibilidade
- II. Motivação
- III. Publicidade
- IV. Informalidade
- V. Imparcialidade
- VI. Discricionariedade

2ª COLUNA:

- ( ) Independência perante os interesses privados, individuais ou de grupos, perante os interesses partidários, perante os concretos interesses políticos do Governo.
- ( ) Objetiva garantir a ampla defesa e a plena possibilidade de controle, inclusive jurisdicional, da validade do ato.
- ( ) Constitui uma das características de que se compõe o princípio da eficiência do ato administrativo.
- ( ) Relaciona-se com a transparência do ato administrativo.
- ( ) Narrativa dos fatos e das razões jurídicas ensejadores do ato e demonstração da pertinência lógica entre eles.

- a) VI, V, IV, III, I
- b) I, III, II, V, II
- c) V, III, II, III, II
- d) II, II, V, III, II
- e) V, II, V, III, II

24- Considerando as normas que regem o Contencioso Administrativo Fiscal no âmbito do INSS, assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Se o saneamento de inexatidão no auto de infração implicar agravamento da exigência inicial, deverá ser formalizada a respectiva exigência em auto de infração distinto.
- ( ) A retificação de lançamento de débito ensejada pela apreciação tem sua impugnação tempestiva realizada na própria decisão-notificação que julga a matéria.
- ( ) A impugnação ao auto de infração apresentada fora do prazo não será encaminhada para julgamento, determinando-se a imediata inscrição do débito na dívida ativa.

- a) V, V, V
- b) V, F, F
- c) F, F, V
- d) V, V, F
- e) F, V, F

25- Em relação à prova, no procedimento administrativo de apuração e formalização de crédito tributário, é incorreto dizer que:

- a) não tendo ocorrido recusa ou sonegação de documento ou informação por parte do sujeito passivo, o ônus da prova do ilícito é da fiscalização.
- b) um indício, isoladamente, não é meio de prova que autorize o lançamento.
- c) a presunção legal relativa inverte o ônus da prova.
- d) em se tratando de presunção legal absoluta, qualquer prova em contrário apresentada pelo sujeito passivo não será considerada.
- e) não há qualquer limitação quanto às provas a serem usadas no processo administrativo tributário.

26- Ao impugnar uma notificação de lançamento de débito, o sujeito passivo expôs os motivos de fato e de direito pelos quais entendia não poder prosperar a exigência e solicitou perícia, expondo os motivos que a justificavam, formulando os quesitos referentes aos exames desejados e indicando nome, endereço e qualificação profissional de seu perito. A autoridade julgadora singular não se manifestou sobre o pedido de perícia e julgou improcedente a impugnação. O sujeito passivo apresentou recurso, arguindo nulidade da decisão singular. Considerando a situação descrita, assinale, a seguir, a afirmativa correta.

- a) A Câmara julgadora do recurso, se entender que os elementos contidos no processo são suficientes para formação de sua convicção e se esta for em favor do sujeito passivo, deixará de decretar a nulidade e decidirá o mérito.
- b) A falta de pronunciamento do julgador singular sobre o pedido de perícia caracteriza nulidade da decisão por cerceamento de defesa, ficando a Câmara julgadora do recurso obrigada a anular o processo a partir da decisão singular, inclusive.
- c) A Câmara julgadora do recurso, se entender que a perícia solicitada na impugnação tem caráter meramente protelatório e que a decisão recorrida, no mérito, está correta, tendo em vista o princípio da economicidade processual, deverá não acolher a preliminar de nulidade e negar provimento ao recurso.
- d) O processo é nulo a partir da decisão da autoridade singular, inclusive, pois, tendo o impugnante observado os requisitos previstos na legislação para a formulação do pedido de perícia, a autoridade julgadora estava obrigada a deferi-lo.
- e) A Câmara julgadora do recurso, para evitar a supressão de instância, deverá determinar que o julgador singular defira a perícia e, a partir do seu resultado, profira nova decisão, só subindo o processo em grau de recurso se a nova decisão também for desfavorável ao sujeito passivo.

27- Intimado a cumprir exigência formalizada em notificação de lançamento de débito, o sujeito passivo impugnou-a, alegando erro na apuração do crédito por parte do autor do lançamento. Ao mesmo tempo, declarou não estar juntando os documentos que comprovam suas alegações, tendo em vista o excessivo volume, e requereu que os mesmos fossem verificados em seu estabelecimento. Considerando as normas e princípios que regem o processo administrativo, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) A autoridade julgadora, sem qualquer outra indagação, deverá julgar procedente o lançamento, uma vez que, apresentadas pela fiscalização as provas em que se fundamentou, é ônus do sujeito passivo trazer aos autos as provas para desconstituir a acusação da fiscalização.
- ( ) O excessivo volume de documentos é motivo suficiente para justificar a inversão do ônus da prova.
- ( ) Tendo em vista o princípio da verdade material, a autoridade julgadora está obrigada a converter o julgamento em diligência para averiguar se ocorreu erro no lançamento.
- ( ) Se as alegações de defesa do contribuinte forem convincentes e os equívocos estiverem individualizados e demonstrados com precisão na impugnação, inclusive fazendo referência aos documentos e livros que os comprovam, justifica-se, pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que a autoridade julgadora converta em diligência o julgamento para comprovação das alegações de defesa, evitando que se onere em demasia o sujeito passivo com a juntada dos documentos.
- ( ) Se na impugnação estiverem demonstrados e identificados os equívocos alegados, com referência expressa aos documentos e livros que os provam e que não foram juntados sob alegação de excessivo volume, a autoridade julgadora não deve se furtar de analisar as razões de defesa; se essas não a sensibilizarem, indeferirá motivadamente as pretensões do sujeito passivo por razões de mérito, sem que, desnecessariamente, tenha ele sido excessivamente onerado.

- a) F, F, V, V, F
- b) V, F, V, V, V
- c) V, F, F, F, F
- d) F, F, F, V, V
- e) V, F, F, F, V

28- Considerando as normas e princípios que regem o processo administrativo tributário, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Havendo divergência de entendimento jurisprudencial entre Câmaras de Julgamento ou entre Juntas e Recursos, compete ao Pleno do Conselho de Recursos da Previdência Social dirimir as divergências e uniformizar o entendimento.
- ( ) As decisões das Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social serão por maioria de votos, exceto quando presente o quórum mínimo, situação em que a decisão tem de ser por unanimidade de votos.
- ( ) No Conselho de Recursos da Previdência Social deve ser observada a ordem cronológica de entrada na Junta ou Câmara, tanto para a distribuição dos recursos protocolados como para sua colocação em pauta de julgamento.
- ( ) Os recursos que não indiquem, com precisão, a norma tida como infringida ou a divergência alegada não serão admitidos pelas Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.

- a) F, V, V, F
- b) F, F, F, V
- c) V, F, F, V
- d) V, V, F, F
- e) F, F, V, V

29- Considerando as normas que regem o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei 9.784/99), assinale com **F** ou **V** as proposições abaixo, conforme sejam falsas ou verdadeiras, e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) No processo administrativo, só é admitida a imposição de obrigações se estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- ( ) Os atos administrativos, sem exceção, devem obrigatoriamente ter divulgação oficial.
- ( ) Nos processos relativos a situações de litígio, deve ser garantido o direito de apresentação de alegações finais.
- ( ) É vedada a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.
- ( ) Desde que justificadamente atenda a fins de interesse geral, o administrador pode renunciar total ou parcialmente à sua competência.

- a) F, V, V, F, F
- b) V, V, V, F, F
- c) V, F, V, V, F
- d) V, V, F, F, V
- e) F, V, F, V, F

30- Assinale com **V** ou **F** as assertivas abaixo, conforme sejam verdadeiras ou falsas e, a seguir, indique a seqüência correta.

- ( ) No âmbito a Administração Pública Federal, e em se tratando de processo administrativo que afete interesse do administrado, este pode se recusar a colaborar para o esclarecimento dos fatos que lhe sejam desfavoráveis.
- ( ) Nos casos em que a representação por advogado não seja exigida por lei, no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal é assegurado ao administrado o direito de fazer-se assistir por advogado.
- ( ) No âmbito da Administração Pública Federal, ressalvados os processos sigilosos, o administrado tem direito de obter cópias dos documentos contidos nos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.

- a) F, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) V, F, V
- e) V, V, V

31- O órgão julgador competente, apreciando litígio relativo a cancelamento de isenção de determinada fundação, após se fundamentar nos aspectos fáticos da questão e se reportar a anteriores pronunciamentos da Consultoria Jurídica do MPAS, decidiu pela manutenção do cancelamento. A parte dispositiva da decisão registra: "Tendo em vista os aspectos fáticos supra referidos e considerando o que consta do Parecer/CJ/nº 696/96, é de ser mantido o cancelamento da isenção." A decisão em questão:

- a) É nula por não estar motivada.
- b) Independe de motivação explícita por não impor sanção.
- c) É nula, porque a motivação não pode consistir em concordância com fundamentos de pareceres anteriores.
- d) Não padece de vício quanto à motivação, desde que o parecer nela mencionado faça parte integrante do ato.
- e) Independe de motivação explícita porque será obrigatoriamente revista pelo órgão hierarquicamente superior que, por dever de ofício, deve conhecer o parecer nela referido.

32- Em junho de 1998 a Fazenda Pública ajuizou uma ação de execução fiscal contra o contribuinte ALFA, acusado de falta de pagamento de contribuição para a seguridade social. No curso da ação, a fim de garantir o pagamento da dívida, a Justiça Federal determinou a penhora dos dois únicos bens imóveis de propriedades do devedor. O primeiro deles estava hipotecado a uma instituição financeira como garantia de financiamento, tendo a hipoteca sido constituída em 1995. Quanto ao segundo, descobriu-se depois que havia sido vendido após a citação do devedor, que só ocorreu em junho de 2000.

Considerando a situação descrita acima, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) O crédito da Fazenda Pública restou inexecutível por falta de bens que o garantisse.
- ( ) O imóvel hipotecado não responde pelo pagamento do crédito porque a oneração se deu em data muito anterior ao ajuizamento da ação.
- ( ) O segundo imóvel responde porque sua alienação caracteriza fraude ao credor.
- ( ) O segundo imóvel poderá não responder, se ficar provada a condição do comprador de adquirente de boa-fé.

- a) F, F, V, F
- b) F, V, V, F
- c) V, F, F, V
- d) V, F, V, F
- e) F, F, F, V

33- Assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) A Certidão da Dívida Ativa, que vai aparelhar a execução fiscal, não pode ser emendada ou substituída.
- ( ) A inscrição do crédito na Dívida Ativa suspende a prescrição até a distribuição da execução fiscal.
- ( ) A Dívida Ativa da Fazenda Pública abrange atualização monetária, juros de mora e demais encargos previstos em lei, sem que a fluência desses encargos lhe tire a liquidez.

- a) F, V, F
- b) F, V, V
- c) V, F, V
- d) V, V, F
- e) F, F, V

34- Entre as indicações que a lei prevê que o Termo de Inscrição de Dívida Ativa deve conter não se inclui(em):

- a) O nome dos co-responsáveis.
- b) A maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) A disposição legal em que o crédito seja fundado.
- d) O nome e a identificação funcional da autoridade responsável pela apuração da liquidez e certeza.
- e) A data em que foi inscrita a dívida.

35- Assinale a única proposição abaixo que não é verdadeira.

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de créditos tributários, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- b) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- c) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita não pode ser elidida.
- d) A inscrição do crédito na Dívida Ativa da Fazenda Pública se constitui no ato de controle administrativo de sua legalidade.
- e) Com a inscrição do crédito tributário definitivamente lançado e não pago na Dívida Ativa e extração da respectiva Certidão de Dívida Ativa, que formaliza o título executivo, encerra-se a autotutela da Administração tributária.

## DIREITO CIVIL

36- Assinale a opção falsa.

- a) Os frutos estantes são os armazenados em depósitos para expedição ou venda.
- b) Uma universalidade de direito constitui-se por bens singulares corpóreos heterogêneos ou incorpóreos, ante o fato de que a norma jurídica, com o intuito de produzir certos efeitos, lhes dá unidade.
- c) são bens móveis por antecipação árvores convertidas em lenha.
- d) O empréstimo *ad pompam vel ostentationem* de frutas para uma decoração, devendo estas ser devolvidas, faz com que sejam inconsumíveis até a restituição.
- e) A pertença, apesar de ser coisa acessória, conserva sua individualidade e autonomia, tendo apenas com a principal uma subordinação econômico-jurídica, desde que haja incorporação.

37- Constitui modo terminativo da propriedade imóvel:

- a) posse de outrem
- b) tradição
- c) implemento de condição resolutiva
- d) constituto possessório
- e) acessão artificial

38- A hipoteca legal é, por exemplo, a conferida:

- a) à Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, sobre os imóveis dos tesoureiros, coletores, administradores, exatores, prepostos, rendeiros e contratadores de rendas e fiadores.
- b) ao devedor que foi condenado a executar sua obrigação.
- c) ao emissor de título representativo de crédito com esse ônus real.
- d) àquele que a constituir por meio de um acordo de vontade.
- e) a quem liberar o imóvel onerado, mediante pagamento do *quatum* devido, independentemente do consentimento do credor.

39- O usufruto instituído para beneficiar várias pessoas, extinguindo-se, gradativamente, em relação a cada uma das que falecerem, é o:

- a) sucessivo
- b) impróprio
- c) legal
- d) simultâneo
- e) quase-usufruto

40- Assinale a opção correta.

- a) O doador tem o dever de pagar juros moratórios e está sujeito à evicção.
- b) a preempção é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lha vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- c) A servidão predial não pode ser locada juntamente com o prédio dominante.
- d) No mandato plural solidário, os vários procuradores não podem agir separadamente.
- e) O fiador, que pagar integralmente a dívida, não se sub-roga nos direitos do credor.

41- Quando o Código Civil dispõe que não podem casar as pessoas por qualquer motivo coactas e as incapazes de consentir, ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento, refere-se a uma modalidade de:

- a) impedimento proibitivo.
- b) impedimento dirimente público.
- c) impedimento dirimente absoluto.
- d) impedimento dirimente relativo.
- e) impedimento impediante.

42- A separação judicial litigiosa como remédio ocorre quando:

- a) um dos cônjuges imputar ao outro conduta desonrosa.
- b) o cônjuge a requer por ter havido, por parte de outro, descumprimento do dever de mútua assistência.
- c) houver abandono voluntário do lar conjugal, durante mais de dois anos contínuos, por culpa exclusiva de um dos cônjuges, sem motivo justo.
- d) um dos cônjuges imputar ao outro ato que importe em grave violação dos deveres matrimoniais.
- e) o cônjuge a pede ante o fato de estar o outro acometido de grave doença mental, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de cinco anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.

43- São condições de validade jurídica do testamento:

- a) capacidade testamentária ativa; nomeação de testamenteiro e estipulação de direito de acrescer entre herdeiros e legatários.
- b) capacidade testamentária ativa e passiva; ausência de deserção e observância de todas as formalidades legais.
- c) cumprimento das formalidades legais; capacidade testamentária passiva; declaração de indignidade.
- d) capacidade testamentária passiva; instituição de substituição hereditária ordinária e observância dos requisitos legais.
- e) capacidade civil dos testadores e das testemunhas testamentárias, homologação judicial do testamento e indicação de testamenteiro.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

44- O procedimento sumário:

- a) com relação ao limite de valor, cabe nas causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo.
- b) não admite a intervenção de terceiro fundada em contrato de seguro.
- c) admite a denúncia da lide.
- d) sendo ré a Fazenda Pública, não consagra o benefício para ela dos prazos dobrados.
- e) não pode ser convertido em ordinário em função da complexidade da prova a ser produzida.

45- Oposto agravo de instrumento contra decisão proferida por juiz de primeiro grau:

- a) recebido no Tribunal, não pode o relator convertê-lo em agravo retido.
- b) o relator sorteado pode deferir, em antecipação de tutela, a pretensão recursal, no todo ou em parte.
- c) as peças trasladadas dependem de autenticação em cartório.
- d) não pode o relator sorteado imprimir efeito suspensivo ao recurso.
- e) descabe pedido de informação, pelo relator, ao juiz que prolatou a decisão agravada.

46- Os embargos infringentes:

- a) cabem quando o acórdão não-unânime tenha confirmado, em apelação, sentença terminativa de primeiro grau.
- b) cabem quando acórdão não-unânime tenha julgado ação rescisória.
- c) cabem quando o acórdão não-unânime tenha reformado, em apelação, sentença de mérito.
- d) cabem contra julgamento não-unânime que tenha julgado improcedente a ação rescisória.
- e) cabem contra acórdão proferido em apelação, visando a sua reforma, mesmo com relação a ponto com referência ao qual não houve desacordo.

47- A suspensão do processo:

- a) quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, perdurará enquanto não transitar em julgado a decisão proferida nessa última.
- b) por morte da parte não ocorre imediatamente se já tiver sido iniciada a audiência de instrução e julgamento.
- c) por convenção das partes, poderá ser ajustada pelo prazo máximo de um ano.
- d) por morte do advogado do autor implica intimação para que a parte constitua novo procurador em dez dias, sob pena de extinção do processo, com julgamento de mérito.
- e) veda a prática de qualquer ato processual, sendo defeso ao juiz determinar a realização de qualquer ato.

48- Em se tratando de execução provisória:

- a) o levantamento de depósito em dinheiro depende de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução.
- b) a lei admite hipótese de dispensa de caução, desde que o valor do crédito seja inferior a cinquenta salários mínimos.
- c) os prejuízos do executado oriundos da reforma da sentença exequenda serão apurados em outro processo.
- d) pode o juiz, independentemente do valor do crédito, dispensar caução para levantamento de dinheiro, quando o crédito seja de natureza alimentar.
- e) pode ser dispensada a caução, quando o crédito seja de até sessenta salários mínimos, de natureza alimentar, e o exequente comprove o estado de necessidade.

49- Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético:

- a) o credor procederá à execução, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo, não cabendo ao juiz determinar novo exame ou nova elaboração.
- b) quando o juiz entender que o cálculo excede os limites do título, pode determinar seja ele examinado pelo contador do juízo, procedendo-se, em qualquer caso, à execução pelo valor encontrado pelo contador.
- c) pode o juiz, entendendo que o valor apresentado excede os limites da decisão exequenda, determinar sua revisão pelo contador do juízo. Não concordando o credor com a retificação proposta pelo contador, o juiz decidirá qual o valor pelo qual será feita a execução.
- d) pode o juiz, entendendo que o valor apresentado excede os limites da decisão exequenda, determinar sua revisão pelo contador do juízo. Não concordando o credor com a retificação, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador.
- e) a execução obedecerá ao valor constante do pedido do exequente. Tal valor só poderá ser posto em dúvida pelo executado em embargos à execução.

50- Recaindo a penhora sobre bem imóvel:

- a) quando apresentada à certidão da respectiva matrícula, independentemente de onde se localize, será realizada por termo nos autos.
- b) o executado só será intimado para embargar após o respectivo registro no ofício imobiliário.
- c) será ela realizada por termo nos autos, se situado o imóvel na comarca onde tem curso a execução.
- d) cabe ao exequente providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiro, o respectivo registro no ofício imobiliário, a ser efetuado mediante mandado judicial.
- e) o executado será intimado do termo de penhora e, posteriormente, será designada data para que preste compromisso como depositário.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 51- De acordo com as normas legais vigentes, as chamadas fundações públicas, na área federal, são
- equiparadas às empresas públicas.
  - entidades privadas fora da Administração.
  - entidades da Administração Indireta.
  - regidas por disposições do Código Civil.
  - órgãos da Administração Direta.
- 52- Todos os ocupantes de cargos públicos federais são regidos pelo mesmo regime jurídico (chamado de "único") da Lei nº 8.112/90, inclusive quanto a direitos, vantagens e condições de aposentadoria.
- Correta a assertiva.
  - Incorreta a assertiva, porque embora sujeitos àquele regime jurídico único, os direitos e as vantagens dos magistrados são objeto de disciplinamento especial e diferenciado.
  - Incorreta a assertiva, porque embora regidos por aquele regime jurídico único, os magistrados dispõem de condições especiais para aposentadoria.
  - Incorreta a assertiva, porque aquele regime jurídico único só se aplica aos servidores efetivos e comissionados da União.
  - Incorreta a assertiva, porque aquele regime jurídico único se restringe, especificamente, a servidores ocupantes de cargos efetivos e em parte aos comissionados, não se aplicando a ocupantes de determinados cargos vitalícios, de mandato e outros de membros do poder.
- 53- Ressalvadas situações especiais, constituídas à base de ordem jurídica anterior, a regra geral vigente, atualmente, é de ser vedada ao servidor público
- perceber proventos de aposentadoria com remuneração de outro cargo efetivo inacumulável.
  - perceber proventos de aposentadoria com remuneração de outro cargo comissionado.
  - perceber proventos de aposentadoria decorrentes de dois cargos inacumuláveis.
  - exercer, remuneradamente, dois cargos comissionados.
  - exercer dois cargos efetivos, se um deles não for de médico ou professor.
- 54- Conforme previsão expressa contida na Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, a violação da regra legal proibitiva de coagir subordinado, para filiar-se a determinado partido político, sujeita o agente primário à penalidade administrativa disciplinar de
- advertência.
  - suspensão de até 30 dias.
  - suspensão superior a 30 dias.
  - demissão.
  - destituição do cargo comissionado.
- 55- Aos contratos administrativos, regidos pela Lei nº 8.666/93, para a realização de obras públicas,
- não se aplicam princípios da teoria geral dos contratos.
  - não se aplicam disposições do direito privado.
  - aplicam-se, supletivamente, preceitos de direito público.
  - aplicam-se, supletivamente, preceitos de direito privado.
  - não se vinculam os preceitos licitatórios de que decorrem.
- 56- De acordo com previsão expressa contida na Lei nº 8.666/93, é cabível inexigibilidade de licitação e não sua dispensa, para a contratação de serviço
- de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
  - quando não acudirem interessados à licitação anterior que não possa ser repetida.
  - de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
  - de impressão do Diário Oficial.
  - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
- 57- Em razão da observância do princípio da publicidade, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, os contratos administrativos devem ser publicados
- integralmente, no órgão da imprensa oficial.
  - integralmente, no Boletim Interno do órgão respectivo.
  - resumidamente, na imprensa oficial e em jornal de circulação local.
  - resumidamente, no órgão da imprensa oficial.
  - resumidamente, na imprensa oficial e, integralmente, no Boletim Interno do órgão respectivo.

58- Entre os fenômenos, cuja ocorrência assegura a observância do princípio legal da segurança jurídica, destaca-se a preclusão, em razão da qual, com relação a determinado questionamento, diz-se que

- a) fica exaurida a instância administrativa.
- b) fica inviabilizado o controle jurisdicional.
- c) o ato respectivo ganha presunção de legalidade.
- d) o ato respectivo passa a ser auto-executável.
- e) o ato respectivo torna-se irrevogável.

59- Uma vez instaurado o processo administrativo disciplinar, interrompe-se a prescrição, até a decisão final, pela autoridade competente, o que deve ocorrer no prazo máximo de 140 dias, após o qual

- a) fica extinta a punibilidade.
- b) o prazo prescricional começa a correr todo ele por inteiro.
- c) o prazo prescricional continua a correr, pelo período que lhe faltava, ao ser interrompido.
- d) o prazo prescricional continua a correr pela metade.
- e) os autos devem ser arquivados.

60- De modo geral, conforme previsto em lei, os processos administrativos, de que resultem sanções, poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstanciais relevantes, susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada, a qual poderá ser agravada, se for o caso, conforme o que resultar daquela revisão.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque só cabe revisão do processo a pedido do respectivo interessado.
- c) Incorreta a assertiva, porque da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
- d) Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de fatos novos.
- e) Incorreta a assertiva, porque a regra geral é de que os processos não podem ser revistos, em razão de superveniência de circunstâncias, mesmo se forem relevantes e susceptíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.

## DIREITO COMERCIAL

61- Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada a delegação da gerência:

- a) é permitida na ausência de estipulação contratual vedatória.
- b) é proibida porque a gerência, nas sociedades de pessoas, é deferida apenas aos sócios.
- c) impõe ao delegante responsabilidade pessoal pelas perdas causadas à sociedade.
- d) pode ser ajustada pelos sócios gerentes entre si.
- e) segue a regra das companhias quanto a poderem ser administradores não membros.

62- Nas sociedades anônimas,

- a) os diretores devem ser acionistas titulares, ao menos, de ações preferenciais.
- b) os membros do conselho de administração devem ser brasileiros, necessariamente.
- c) os membros do conselho de administração necessitam invariavelmente ter domicílio no Brasil.
- d) a competência das assembleias gerais extraordinárias é formada por exclusão, em relação à competência das assembleias gerais ordinárias.
- e) para os efeitos legais de responsabilidade, os diretores são considerados administradores e os membros do conselho de administração responsáveis pelo controle social.

63- As sociedades comerciais irregulares se diferenciam das de fato por:

- a) adquirirem as primeiras, personalidade jurídica com o arquivamento do ato constitutivo e estas não.
- b) as de fato serem resultado de declarações dos membros sobre serem sócios em dado empreendimento.
- c) as de fato resultarem do exercício em conjunto de atividades empresariais sem observância de requisitos legais prescritos para o tipo adotado.
- d) as irregulares serem organizadas sob forma anônima e as de fato sob forma de sociedade em conta de participação.
- e) as sociedades de fato serem criadas esporadicamente e as irregulares serem constituídas por decisão dos sócios.

64- Contratos de franquia são negócios jurídicos que servem para:

- a) formação de redes de fidelização de clientes a certas marcas.
- b) induzir o consumidor a adquirir produtos ou serviços de mesma origem.
- c) desenvolver a cooperação entre franqueadores e franqueados.
- d) reduzir a concorrência pela formação de mercados oligopolizados.
- e) divulgar a marca dos franqueadores.

65- No contrato de representação comercial,

- a) é absolutamente proibida a cláusula segundo a qual o representante assumiria o ônus do inadimplemento do adquirente dos produtos do representado, que poderia descontar o valor correspondente das comissões àquele devidas.
- b) o representante é parte obrigatória nas relações a serem estabelecidas com terceiros, na venda dos produtos do representado.
- c) sempre existe exclusividade conjunta de bens e de zona.
- d) para efeitos trabalhistas, o representante é considerado empregado do representado.
- e) se não estiver com sua situação regularizada perante o Conselho Regional de Representantes Comerciais correspondente, o representante comercial de fato não terá direito a qualquer remuneração.

66- A emissão de debêntures de uma companhia para que os recursos sejam transferidos à sua controladora constitui:

- a) forma de equacionamento de obrigações de sociedades grupadas.
- b) a criação de dívida que recai sobre terceiros estranhos ao controle.
- c) meio de alocar riscos entre sociedades ligadas.
- d) irregularidade que deve ser coibida por falta de previsão legal para tal procedimento.
- e) crédito subordinado se a controladora for declarada falida.

67- A falência, procedimento de liquidação e solução de atividades mercantis visa a:

- a) impedir que a perda de liquidez de qualquer comerciante contamine os que com ele contratam.
- b) garantir que, na condução de seus negócios, os comerciantes evitem operações arriscadas que possam dar causa a desequilíbrio patrimonial adverso.
- c) transferir o risco dos negócios para a comunidade de credores quando atinge companhias.
- d) punir comerciantes que traíam a confiança de seus credores.
- e) manter a confiança entre comerciantes para facilitar a concessão de crédito.

68- A concordata é, no direito brasileiro:

- a) acordo celebrado compulsoriamente entre credores e devedor comerciante.
- b) forma que permite ao comerciante ilíquido reduzir o pagamento de certas obrigações.
- c) favor legal que se aplica a quaisquer devedores desde que presentes certos requisitos de admissibilidade.
- d) forma de adiar a decretação da falência.
- e) medida que afeta a continuidade das atividades da empresa quando obtida.

69- Nas liquidações extrajudiciais compete ao liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil:

- a) administrar a instituição financeira para o fim de recuperá-la.
- b) administrar a instituição financeira de forma a pagar todos os depositantes e investidores.
- c) impedir que os administradores retomem suas funções quando tiverem exercido suas funções de forma temerária.
- d) promover a reorganização das atividades, a fim de manter a concorrência no mercado.
- e) tomar as medidas necessárias para liquidar o ativo e solver as obrigações.

70- Decretada a liquidação extrajudicial de uma instituição financeira pelo Banco Central do Brasil,

- a) os diretores respondem solidariamente pelo prejuízo apurado no balanço especial saneado.
- b) o controlador responde solidariamente pelo passivo a descoberto e os membros do Conselho de Administração respondem se ficar caracterizada a sua omissão.
- c) o liquidante pagará integralmente os depositantes com recursos do Fundo Garantidor de Créditos.
- d) não há credores privilegiados, pagando-se todos eles na força da massa.
- e) fica impossibilitada a decretação de sua falência pelo Judiciário.